



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA DE REFORMA DO JUDICIÁRIO
CENTRO DE ESTUDOS SOBRE O SISTEMA DE JUSTIÇA

SOLUÇÕES ALTERNATIVAS PARA CONFLITOS FUNDIÁRIOS URBANOS

Pesquisa elaborada em parceria estabelecida em acordo de cooperação internacional por meio de carta de acordo firmado entre a Secretaria de Reforma do Judiciário, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (Projeto BRA/05/036).

EXPEDIENTE:

PRESIDENTA DA REPÚBLICA
Dilma Rousseff

MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA
José Eduardo Cardozo

SECRETÁRIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Márcia Pelegrini

SECRETÁRIO DE REFORMA DO JUDICIÁRIO
Flávio Croce Caetano

DIRETORA DE POLÍTICA JUDICIÁRIA
Kelly Oliveira de Araújo

FICHA CATALOGRÁFICA:

341.46218

S691a Soluções alternativas para conflitos fundiários urbanos /
 Coordenadores : Nelson Saule Junior e Daniela Campos
 Siborio de Sarno. -- Brasília : Ministério da Justiça, Secretaria
 de Reforma do Judiciário, 2013.
 80 p.

Pesquisa elaborada em parceria entre a Secretaria de Reforma do
Judicário, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e
o Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais.
ISBN : 978-85-85820-50-3

1.Conflito social, Brasil. 2. Solo urbano, Brasil. 3.Atos processuais.
4. Direitos humanos. I. Saule Júnior, Nelson, coord. II. Sarno, Daniela
Campos Siborio de, coord. III. Brasil. Ministério da Justiça.
Secretaria de Reforma do Judiciário. IV. Programa das Nações Unidas
para o Desenvolvimento. V. Instituto de Estudos, Formação e Assessoria
em Políticas Sociais.

CDD

Ficha elaborada pela Biblioteca do Ministério da Justiça

546= 925069

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	13
2 - OBJETIVOS DA PESQUISA	17
3 - METODOLOGIA DA PESQUISA	19
4 - DOS CONCEITOS	23
4.1 - Conflitos fundiários urbanos	23
4.2 - Soluções adequadas	23
4.2.1 - Princípio da Função Social da Propriedade	25
4.2.2 - Princípio das Funções Sociais da Cidade	25
4.2.3 - Princípio do Não Retrocesso Social	27
5 - TRAÇANDO UMA NOVA TERMINOLOGIA: CONFLITO FUNDIÁRIO AMPLO E CONFLITO FUNDIÁRIO ESTRITO	29
6 - NORMAS APLICÁVEIS PARA A SOLUÇÃO DOS CONFLITOS FUNDIÁRIOS URBANOS	31
6.1 - Normas Internacionais de Direitos Humanos	31
6.2 - Normas Constitucionais e Legislação Nacional Aplicáveis para a Solução dos Conflitos Fundiários Urbanos	32
6.3 - Normas Administrativas Referentes aos Conflitos Fundiários Urbanos	36
7 - O ESTÁGIO DO TRATAMENTO DOS CONFLITOS FUNDIÁRIOS URBANOS NO GOVERNO FEDERAL	39
8 - RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS FUNDIÁRIOS URBANOS ESTRITOS PELA MEDIAÇÃO	43
8.1 - Mediação como método de solução alternativa de conflitos	43
8.2 - Princípios da mediação	44
8.3 - Mediação como Solução Alternativa para Conflitos Fundiários Urbanos Estritos	46
9 - INDICADORES DE TRATAMENTO ADEQUADO DOS CONFLITOS FUNDIÁRIOS ESTRITOS	49
9.1 - Valorização da Viabilidade Social dos Empreendimentos Geradores de Impactos nas Comunidades	49
9.2 - Práticas de Gestão sobre Impactos Econômicos, Sociais, Ambientais e Culturais	50
9.3 - Possibilidades de Melhoria da Qualidade de Vida das Comunidades	50
10 - RECOMENDAÇÕES PARA O TRATAMENTO ADEQUADO DOS CONFLITOS FUNDIÁRIOS URBANOS	53
10.1 - Para Conflitos Fundiários Urbanos Amplos	53
10.1.1 - Reconhecimento e valorização dos direitos humanos	53
10.1.2 - Reconhecimento da complexidade do tema dos conflitos fundiários	53
10.1.3 - Combate à Invisibilidade Proposital	53
10.2 - Para Conflitos Fundiários Urbanos Estritos	54
10.2.1 - Instrumentos Jurídicos Processuais	54
10.2.2 - Em casos de conflitos ocasionados por obras	56
10.2.3 - Em caso de reintegração de posse	56
10.2.4 - Mediação	57
10.3 - Considerações sobre o Bolsa Aluguel	57
11 - CONCLUSÃO	59
REFERÊNCIAS	61